



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 4 DE 2026 AUTÓGRAFO Nº 64 DE 2026

**DISPÕE SOBRE A NÃO CONFIGURAÇÃO DO FATO GERADOR DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN) NA HIPÓTESE DE AUTOCONSTRUÇÃO EM IMÓVEL PRÓPRIO, ESTABELECE DIRETRIZES PARA O LANÇAMENTO POR ARBITRAMENTO, VEDA A UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS INDIRETAS COERCITIVAS PARA FINS DE COBRANÇA TRIBUTÁRIA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Mogi Mirim aprova:

**Art. 1º** Não se configura fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) a execução de obra de construção civil realizada pelo proprietário, em terreno próprio, destinada ao seu uso exclusivo, sem a contratação de pessoa jurídica sob regime de empreitada, subempreitada ou administração, no âmbito do Município de Mogi Mirim, observando o disposto na Lei Complementar nº 116/2003.

§ 1º Para os fins deste artigo, considera-se autoconstrução a execução de obra em que o titular do imóvel atua em benefício de seu próprio patrimônio, sem a caracterização de prestação de serviço a terceiros e sem finalidade econômica ou lucrativa.

§ 2º A eventual utilização de mão de obra de terceiros não descaracteriza a autoconstrução, desde que:

- I - não haja organização empresarial da atividade;
- II - inexistir habitualidade na prestação de serviços de construção civil a terceiros;
- III - não se configure intermediação ou fornecimento de serviços com finalidade lucrativa.

§ 3º A verificação da ocorrência do fato gerador prevista neste artigo dependerá da análise do caso concreto pela autoridade administrativa, assegurados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

**Art. 2º** A constituição do crédito tributário relativo ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) observará, no âmbito do Município, as normas gerais previstas na legislação tributária nacional, especialmente quanto ao lançamento por arbitramento, nos termos do art. 148 do Código Tributário Nacional.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo

**Art. 3º** A exigência de regularidade fiscal relativa ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) não constitui requisito para a expedição do certificado de conclusão de obra (“Habite-se”), quando atendidas as exigências urbanísticas, edilícias e de segurança previstas na legislação municipal.

**§ 1º** A constituição, fiscalização e cobrança do crédito tributário observarão os meios próprios previstos na legislação tributária, inclusive mediante processo administrativo e execução judicial, vedada a utilização de medidas indiretas que configurem restrição desproporcional ao exercício de direitos.

**§ 2º** O disposto neste artigo não afasta a verificação, pela autoridade competente, do cumprimento das obrigações legais diretamente relacionadas à regularidade da obra e à sua conformidade com as normas urbanísticas e edilícias.

**Art. 4º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

Mesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, 16 de junho de 2026.

**VEREADOR CRISTIANO GAIOTO**  
Presidente da Câmara

**VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA**  
1ª Vice-Presidente

**VEREADORA DANIELLA GONÇALVES DE AMOÊDO CAMPOS**  
2º Vice-Presidente

**VEREADOR LUIS ROBERTO TAVARES**  
1ª Secretário

**VEREADOR MARCOS PAULO CEGATTI**  
2º Secretário

Projeto de Lei Complementar nº 4 de 2026  
Autoria: Vereador Luis Roberto Tavares



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## **Assinaturas Digitais**

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=3362E51PB75PP1FN>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: 3362-E51P-B75P-P1FN**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:1357/2026 - 16/06/2026 - 08:26 - 3362-E51P-B75P-P1FN